Parte I — Bases conceituais e históricas da violência e setor saúde

3. Violência, família e sociedade

Miriam Schenker
Fátima Gonçalves Cavalcante

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SCHENKER, M., and CAVALCANTE, F.G. Violência, família e sociedade. In: NJAINE, K., ASSIS, S.G., CONSTANTINO, P., and AVANCI, J.Q., eds. *Impactos da Violência na Saúde* [online]. 4th ed. updat. Rio de Janeiro: Coordenação de Desenvolvimento Educacional e Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, ENSP, Editora FIOCRUZ, 2020, pp. 57-76. ISBN: 978-65-5708-094-8.
<https://doi.org/10.7476/9786557080948.0005>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](#).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](#).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](#).

3. Violência, família e sociedade

Miriam Schenker e Fátima Gonçalves Cavalcante

As múltiplas faces da violência têm impacto direto sobre as famílias, afetando esse importante grupo social, composto por crianças, adolescentes, adultos e idosos. Por outro lado, algumas famílias, como qualquer outro grupo, são também agentes da violência, potencializando sua dinâmica na sociedade.

Por ter papel privilegiado no convívio com a família, o setor saúde é, hoje, um dos principais setores sociais capaz de atuar preventivamente sobre as formas de violência sofridas e praticadas por esse grupo. É sobre isso que queremos falar neste capítulo com você. Aqui você percorrerá várias abordagens relativas à família – histórica, antropológica, sociológica, psicossocial. Nosso intuito é situá-lo, de uma forma breve, nessa instituição de raiz e no contexto social que a sustenta. Concomitantemente a essa leitura encontra-se uma outra, sobre os fatores geradores de conflitos que podem resultar em violência familiar. Você também entrará em contato com situações de risco que ocorrem nas diversas etapas do ciclo vital da família, bem como com os fatores de promoção de comportamentos protetores relativos à família.

3.1 Família e sociedade

A família é uma unidade social constituída de indivíduos que compartilham circunstâncias afetivas, sociais, econômicas, culturais e históricas. Ela se forma por vínculos de consanguinidade (mediante um ancestral comum), de alianças (casamento, coabitação) ou de convivência (compadres e agregados). Cada um de nós tem a sua própria família, conhece mais ou menos o seu sistema de parentesco, o modo como ele foi formado por vínculos afetivo-sexuais e como foram gerados física e socialmente seus novos membros.

Como o primeiro núcleo de socialização dos indivíduos – aquele que inicialmente transmite valores, hábitos e costumes, ajudando a formar as personalidades – a família baseia-se na distribuição de afetos e papéis sociais, sendo marcada por diferenças de poder entre os sexos e entre as gerações. Disputas de poder e afeto fazem-se presentes sob a forma de sentimentos ambíguos de amor/ódio, aliança/competição, proteção/domínio entre seus membros. Famílias despreparadas para compreender, administrar e tolerar seus próprios conflitos tendem a se tornar violentas.

Logo de início, é preciso dizer que “família” não é um produto da natureza, mas uma criação humana mutável, que pode adquirir inúmeras representações, de acordo com a cultura e o momento sócio-histórico em que se insere. A conceituação de “família” pode ser feita de diferentes maneiras, a partir de diferentes teorias, e diferentes visões de família poderão corresponder a diferentes formas de compreender, acolher, acompanhar e tratar seus membros. Acima de tudo, dependerá da percepção daquele que a observa e a define, levando em conta o seu conhecimento, o estudo e a sua experiência com famílias.

O filme *A guerra dos Roses*, dirigido por Danny DeVito (1989), ilustra a construção lenta deste binômio complexo: “família e violência”.

É uma produção cinematográfica estadunidense, do gênero comédia, lançado em 1989, com base no romance *A guerra dos Roses* (1981), de Warren Adler. Comédia de humor negro sobre um casal que aparenta ter perfeita união. Quando o casamento começa a desmoronar, bens materiais se tornam o centro de escandalosa e amarga batalha pelo divórcio. Filme estrelado por Michael Douglas, Kathleen Turner e Danny DeVito.

Convidamos o leitor a pensar que algumas famílias se relacionam por meio de uma dinâmica de violência. Vamos refletir sobre a importância da família na estruturação dos indivíduos, os tipos de violência que a afetam, os possíveis danos, os fatores de risco e proteção e algumas formas de apoio e orientação.

Quando entramos em contato com alguma evidência ou suspeita de violência na família, vamos nos deparar inicialmente com situações concretas que nos chocam ou aterrorizam, nos deixam muitas vezes sem saber o que pensar, o que dizer e o que fazer. Falar da violência na família não é falar apenas de realidades concretas, mas sim falar de um fenômeno complexo, cheio de significados pessoais, sociais e culturais que envolvem abuso de poder, por vezes invisível ou encoberto, força e tensão, assimetria e desigualdades sociais, ações muitas vezes danosas à constituição do indivíduo e da sociedade.

Antes de aprofundar a noção de violência na família, vamos nos debruçar sobre algumas definições, buscando compreender sua dinâmica e formas de organização.

3.2 Visão histórica da família brasileira

Duas obras de referência se destacam quando o tema é a formação social brasileira: *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre (1994), e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1978). Ambas revelam o papel central da família patriarcal em todo o período colonial, quando se estabeleceram valores que marcaram a construção de nossa identidade nacional. Nesse sentido, o *patriarcalismo* é visto como o fio condutor para se pensar a modernidade na sociedade brasileira, compreender as mudanças e os valores enraizados. A família, no dizer de Gilberto Freyre, foi o grande fator colonizador no Brasil, mais poderoso do que as forças econômicas ou políticas.

Na visão de Freyre (1994) e Candido (1951), o modelo harmônico e generalizado da família patriarcal extensa teria evoluído para a “família conjugal, nuclear e moderna”. “A família extensa” era uma organização com predominância do chefe da família e uma economia dependente do trabalho escravo; um tipo de organização social no qual a família era, necessariamente, o grupo dominante no processo de socialização e integração dos indivíduos, um grupo em que as distâncias entre os familiares eram bem marcadas e reguladas por uma hierarquia. Marido e mulher comandavam duas diferentes esferas de poder – ele fora de casa e ela dentro –, mantendo os princípios da organização patriarcal. Os casamentos eram, geralmente, contratados de forma endogâmica para preservar os próprios grupos familiares. Candido aponta uma segunda porção da sociedade colonial: os “não familiares”, compostos por uma massa de pessoas socialmente degradadas que cresce fora dos grupos familiares, sem normas regulares de conduta.

Corrêa (1994) reconhece a existência e a importância da família patriarcal brasileira, porém diverge de Freyre e Candido na ideia de que “unidades domésticas equivalentes” se estenderiam nas várias regiões de nosso país. Ela chama a atenção para a heterogeneidade em vez da homogeneidade dos sistemas familiares. Aponta para a diversidade regional dos diferentes Brasis e nos faz refletir sobre a existência de diversas configurações familiares de norte a sul e de leste a oeste de todo o território nacional. Para se estudar as famílias, a autora ressalta a importância de ter atenção ao impacto das forças econômicas, sociais e políticas no sistema familiar diante das contradições e dos desafios da sociedade moderna. A família conjugal moderna, como descendente direta da família patriarcal, sofre os efeitos do individualismo, da industrialização e da urbanização.

Fatores que podem gerar conflitos na família

A chegada dos filhos pode afetar a relação do casal, intensificando conflitos já presentes no relacionamento, produzindo sentimentos de exclusão, ciúmes, competição ou solidificando sentimentos amorosos e de proteção. Se o pai estiver próximo da dupla mãe-filho, haverá continência e proteção. Se o pai estiver se sentindo excluído dessa relação dual, então poderá haver maior tensão ou cobrança por eficiência.

Diferentes estruturas familiares

- Família nuclear – Constitui-se de duas gerações: os pais (marido e esposa) e os filhos.
- Família extensa – Compõe-se da família nuclear e dos membros da família de origem (avós, tios e primos).
- Família mista – Inclui parentes e amigos.

Diferentes configurações familiares

- Família monoparental – Gerida por somente um dos pais.
- Família tradicional heterossexual – Pais que se casaram uma vez e moram junto com os filhos.
- Família reconstituída – Pais que se separaram, recasaram e constituíram novas uniões nucleares.
- Família homossexual – Casal homossexual com ou sem filhos.

3.3 Diferenças étnico-raciais

O Brasil é uma nação multirracial marcada por diferenças étnico-raciais nas quais os afrodescendentes encontram-se majoritariamente em posições subalternas. A escravização em nosso país caracterizou-se por significativa miscigenação racial e menor rigidez hierárquica entre senhores e escravos, com marcadores raciais fluidos e manipuláveis, dependentes da língua e do costume do colonizador. Moura (1990) alerta sobre o tratamento dispensado às populações não brancas na formação da nação brasileira: (1) uma ideologia que tende a excluir ou minimizar a contribuição dos não brancos à dinâmica social; (2) uma visão de negros, índios e mestiços como seres sem capacidade civilizadora; (3) uma visão de que os negros não teriam condições de dirigir a sociedade. O século XX foi marcado por práticas discriminatórias e racistas acobertadas por um discurso que pressupunha uma vivência democrática e harmônica entre as raças. O dilema social que hoje se coloca e que afeta as famílias de negros, mestiços e índios consiste em como inseri-los nos quadros sociais, preservar suas culturas e minimizar as desigualdades e discriminações.

A obra de Gilberto Freyre, na década de 1930, estabeleceu um peso equivalente entre casa grande e senzala; destacou o escravo como o grande colonizador; e mostrou o cruzamento inter-racial no seio da família com ausência de conflitos ou com o equacionamento harmônico das diferenças, o que, na visão de Bastos (1991), foi apontado como um diluidor das contradições sociais. Se *Casa-grande e senzala* vem sendo vista como uma obra que marcou a consciência nacional pela soma das raças, religiões, culturas e grupos sociais, reduzindo a possibilidade de se perceber o social como contraditório, o que se coloca hoje no cenário nacional é a necessidade de revelar a dominação que se reitera na diversidade: as desvantagens ocupacionais (piores posições no mercado de trabalho); educacionais (menos escolarização quando comparados com os brancos) e de habitação (piores locais de moradia).

Para refletir

Na sua experiência profissional você percebe discriminações étnico-raciais?

Como é o comportamento dos que discriminam e dos que são discriminados?

3.4 Visão antropológica

Claude Lévi-Strauss, antropólogo belga, desenvolveu um método de investigação e interpretação antropológica, denominado **estruturalismo**. O conceito básico dessa teoria é o de **estrutura social**, que não é empiricamente observável, mas dá sentido aos dados empíricos. Por exemplo: a estrutura de um edifício, mesmo oculta, organiza, relaciona, distribui e sustenta todos os elementos observáveis da construção – os andares, os apartamentos, as entradas e saídas, os corredores.

O mesmo se dá com a estrutura social: ela organiza, conecta e relaciona os seus elementos. Os elementos da estrutura social são as relações de parentesco, as instituições e os grupos diversos que, por sua vez, se organizam como um sistema, de forma interdependente, em que a modificação em qualquer uma das partes afeta, necessariamente, todas as outras.

Lévi-Strauss (1981) sustenta, a partir de análises etnográficas (estudo e descrição dos povos, sua língua, raça, religião e manifestações materiais de sua atividade) de culturas diversas, que as variações na organização das relações observadas nessas sociedades são regidas por um substrato comum e universal – **as estruturas elementares de parentesco** –, compostas por três relações básicas:

1. **consanguinidade** – relação entre irmãos;

2. **aliança** – relação entre casais;

3. **filiação** – relação entre gerações.

Essas estruturas elementares perpassam todas as sociedades devido a uma lei invariante e válida em diferentes culturas: a **proibição do incesto**, cujo resultado é a exogamia. Por isso, os homens trocam entre si as mulheres de seu grupo familiar de forma a não haver casamentos entre indivíduos pertencentes ao mesmo grupo de descendência. A proibição do incesto é a expressão de uma lei universal de reciprocidade, contrapartida necessária para a instauração de laços sociais entre as famílias.

A grande contribuição da antropologia é a afirmação de que as relações de parentesco, o casamento e a divisão sexual do trabalho são estruturas universais em todas as sociedades. Então, de acordo com o pensamento antropológico, várias são as formas de organização familiar, bem como diversos são os sistemas de parentesco que emergem numa determinada sociedade.

Fatores que podem gerar conflitos na família

Na constituição da rede familiar, pode haver experiências de realização ou de fracasso, levando as pessoas envolvidas a um maior crescimento e integração ou, ao contrário, a um processo de desintegração que pode gerar a dinâmica de violência.

Se o grupo familiar tiver suas necessidades físicas, emocionais e intelectuais satisfeitas e puder experimentar conter e utilizar de modo adequado os sentimentos de amor, raiva, medo, alegria, agressividade, sexualidade, a família funcionará de modo mais integrado, com grau de organização e discriminação entre os membros.

Se, ao contrário, as relações se desorganizam, o potencial destrutivo poderá ser grande, ocorrendo nas pessoas uma falta de contenção dos conteúdos pertinentes ao grupo familiar. Pode-se instalar a dinâmica de violência com conteúdos rejeitados e papéis rígidos entre o “agressivo” e o “bonzinho”.

3.5 Visão sociológica

A sociologia da organização familiar costuma apresentar uma classificação que ajuda a diferenciar seus modos de apresentação: modelos **hierárquicos** e **igualitários**. A família de **organização hierárquica** prevalece nas camadas populares contemporâneas (FIGUEIRA *et al.*, 1987). Relativamente organizada, **mapeada**, apesar de conflitos internos, nesse

modelo de família rege a intrínseca diferença entre homem e mulher, com formas de comportamento próprias a cada sexo. As funções e os papéis familiares são nitidamente delineados, prevalecendo tanto a superioridade do homem, devido à sua relação com o trabalho fora de casa, quanto a expectativa do exercício da monogamia ser somente referido à mulher. Do ponto de vista da autoridade, nesse modelo, o indivíduo é incluído no grupo que sempre tem precedência e preferência, valendo, portanto, sacrifícios dos desejos pessoais para o bem coletivo.

A família de **organização igualitária**, que segue a ideologia do igualitarismo, veio a reboque de transformações históricas, econômicas e socio-políticas. Sua raiz é a Declaração Universal dos Direitos do Homem. A aceleração da modernização tem impactos na organização da família brasileira: crescimento e concentração de renda nas décadas de 1960 e 1970, maior acesso ao ensino superior e mais escolarização, avanço do movimento feminista, crescente papel da mídia. A organização da família vai se fluidificando aliada à aceitação do divórcio, da maternidade fora do casamento, do exercício libertário da sexualidade fora dos objetivos de uma relação estável.

Importante ressaltar que **não há modelos “puros” de organização da família**, mas predominância de certos aspectos em uma camada social mais do que em outras. Os modelos de família vêm sofrendo mudanças recentes nas suas configurações. Os jovens vêm vivenciando cada vez mais cedo a sexualidade e a pluralidade dos relacionamentos, e a velocidade e a intensidade da sociedade de consumo também facilitam a ocorrência de experiências afetivo-sexuais mais fugazes. Outro fator que afeta as mudanças nos modelos de família tem sido a permanência cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, a ausência da figura do pai e o próprio controle da mulher sob a reprodução. Os ideais hierarquizantes e os individualistas se encontram em permanente tensão nos diferentes segmentos sociais e culturais (VELHO, 1999).

Para refletir

Qual das duas organizações familiares abrigaria maior probabilidade de violência intrafamiliar a hierárquica ou a igualitária? Discuta a sua resposta com outros parceiros.

A filósofa Agnes Heller (2000) enuncia que a família é a origem dos pressupostos ideológicos, na medida em que as bases de reprodução das normas e regras da sociedade se dão no “fazer” da vida cotidiana, que

inicialmente ocorre dentro da família. A pessoa já nasce inserida nessa cotidianidade e seu amadurecimento acontece a partir da interiorização das normas e do trato social. Ela aprende a manipular objetos e a se comunicar socialmente nos grupos primários, em que a **família** e a **escola** se inserem. Ambas as instituições são mediadoras entre a pessoa e os hábitos, as leis e a ética social.

Os sociólogos Peter Berger e Thomas Luckmann (2002), em seu livro *A construção social da realidade*, esmiúçam a formação da identidade a partir das ações da vida cotidiana da pessoa, ao distinguirem dois processos básicos de socialização – primária e secundária. A **socialização primária** é entendida como a interiorização da realidade, ocorre na infância e, a partir dela, a pessoa se torna membro da sociedade. Essa forma socializada de ser é inevitável, já que a pessoa não pode escolher a sua família.

Os autores dizem que “temos de nos arranjar com os pais que o destino nos deu... embora a criança não seja simplesmente passiva no processo de sua socialização, são os adultos que estabelecem as regras do jogo” (BERGER; LUCKMANN, 2002, p. 180). É pela percepção das primeiras pessoas significativas (os pais ou seus substitutos) que a criança introjeta a realidade particular de como vê o mundo. Dessa forma, o mundo social é filtrado para a criança, que o interioriza como sendo o mundo, único existente e concebível. Esse processo não é unilateral e, sim, dialético, porque se dá entre a identidade atribuída pelos adultos à pessoa e a forma particular de ela se apropriar dessa identidade.

Tornar-se membro da sociedade implica um contexto carregado de emoção e de fortes laços afetivos, porque a internalização do sistema simbólico dos agentes socializadores (os pais e quem mais for importante na função parental, desde a mais tenra idade) acontece à medida que a pessoa se identifica com eles, absorvendo os papéis e atitudes e também, nesse mesmo processo, assumindo o mundo deles.

Os processos de **socialização secundária** se referem aos diferentes setores da sociedade aos quais a pessoa se liga durante sua vida. Já socializada, ela se afilia a novos grupos sociais, identificando-se com eles.

Para refletir

Qual o papel da família e da cultura na formação da identidade das pessoas?

Faça essa análise com base nos conceitos já enunciados.

Fatores relacionados à violência na família

Nas famílias com dinâmica de violência, é comum haver uma cristalização dos papéis em relação ao lugar de quem foi vitimado e o agente agressor. Esses lugares podem ser ocupados pelas mesmas pessoas, anos a fio, ou ser compartilhados por diferentes membros do grupo.

Durante a terapia familiar é comum se observar a “transferência de violência”, quando outro membro do grupo passa a ser o protagonista da violência. Portanto, a tarefa dos profissionais da saúde não é apenas identificar o agressor, tratando-o individualmente, pois isso seria desconsiderar que muitas vezes a família possui uma dinâmica que inclui a violência em suas relações. Nesse caso, ao se retirar o agressor, outra pessoa pode passar a atuar em seu lugar.

3.6 Visão psicossocial

Na visão sistêmica, a família constitui-se no grupo primeiro de pertencimento, no qual se estabelecem relações de dependência e vínculos afetivos entre os seus membros. Possui uma estrutura hierárquica e dinâmica e funciona como um sistema em interação recíproca e constante com os grupos e as instituições sociais. Tem como objetivo enfrentar as crises, facilitando o espaço de formação, crescimento, desenvolvimento e individuação de seus membros.

Na visão psicanalítica, a família tem a tarefa de fazer nascer a vida psíquica de seus filhos. O bebê, ao se organizar internamente, conta com o apoio de seu ambiente: pais, irmãos, avós, parentes. Junto à família, o bebê aprende um modo de experimentar o mundo, de viver, de interagir, de compreender e reproduzir a narrativa familiar, de se individualizar e se diferenciar. A família acolhe o bebê num “berço psíquico” que tanto serve para estruturar e manter o grupo familiar psiquicamente integrado, quanto para acolher e organizar o mundo interno do novo ser que acaba de chegar (CAVALCANTE, 2003).

Para Bernal (2001), a família cumpre algumas funções para a sociedade e para o indivíduo, de acordo com os seguintes pressupostos:

- a) **Função biossocial** – A família se constitui como uma unidade de reprodução e manutenção da espécie. Nela, se origina a necessidade da descendência e se criam condições para o desenvolvimento físico, psicológico e social de seus integrantes.
- b) **Função econômica** – A família é uma unidade de produção e reprodução de bens e valores materiais. Recebe influências das

leis sociais e econômicas, bem como dos padrões culturais de cada região, classe social e país. O lar e a família são considerados pequenas empresas encarregadas da manutenção, do cuidado e desenvolvimento de seus membros.

- c) **Função educativa** – A família exerce influência em todo o processo de aprendizagem individual e no próprio desenvolvimento familiar. Transmite, também, os valores ético-morais que derivam dos princípios, das normas e das leis que se observam e se aprendem na família e no mundo de relações intra e extrafamiliares. Contribui com o processo de desenvolvimento da personalidade individual e com a formação ideológica das gerações.

Como vimos anteriormente, na medida em que as teorias reconhecem o papel da família como mediadoras entre o indivíduo e a sociedade tendem a orientar a análise para as suas relações internas – buscando estabelecer as relações entre seus membros em termos de divisão de papéis, poder e autoridade, a partir das relações de parentesco e aliança, gênero e idade – e para as suas relações externas – tentando precisar que relações são estabelecidas entre ela e as outras dimensões da vida social: a sociedade, a política, o trabalho e o Estado.

3.7 Novas configurações familiares

Há muitas configurações de família dentro de certa forma hegemônica de concebê-la. E precisamos trazê-las à luz nesse capítulo.

Os conceitos de sexo biológico e gênero costumam ser acoplados quando se pensa a pessoa e suas relações. Isso significa que homem e mulher, com seus respectivos caracteres sexuais, devem se comportar, pensar, se posicionar de acordo com atributos construídos socialmente para cada um deles. Nesses códigos de conduta, estão especificados valores, comportamentos e atitudes esperados de homens e mulheres de uma determinada sociedade num dado momento histórico. Os atributos do masculino e do feminino estão arraigados na cultura em que nascemos, de forma que não costumamos questioná-los. E o esperado, nesse modelo de pensamento, é a relação de casamento heterossexual numa família idealizada, com tarefas específicas para marido e mulher, lugar de segurança, proteção e acolhimento (BENTO, 2012; LANZ, 2015; OLIVEIRA, [2016?]).

Entretanto, vários eventos sociais, principalmente da década de 1960 para cá (o advento da pílula, a sexualidade vivida como prazer, a liberação dos costumes, o questionamento da instituição “família”, a entrada da mulher no campo do trabalho externo à casa, a aceitação

da união homossexual pelo Estado, dentre outros), foram responsáveis por questionar esse modelo heteronormativo. No novo paradigma, há a separação entre sexo biológico e gênero, vivido pelas pessoas homossexuais e trans (transexual, travesti, *crossdresser*, *dragqueen*, andrógino e transformista). São pessoas que privilegiam a sua autonomia, à medida que constroem novos significados para as relações afetivo-sexuais, o que redundará em novos arranjos familiares.

As pessoas trans se sentem pertencendo ao sexo oposto ao que nasceram e vivem os comportamentos de gênero em conformidade, portanto, contestam qualquer noção de masculino e feminino vigente. E gostariam que sua identidade de gênero fosse socialmente reconhecida. O processo de descoberta de sua orientação sexual (direção ou inclinação do desejo afetivo e erótico da pessoa) desvela crises pessoais (entre os valores tradicionais e os atuais) e, inúmeras vezes, rejeição familiar, resultando em sentimentos de mágoa, tristeza, solidão, abandono. Há também aquelas pessoas que já com famílias constituídas assumem a transexualidade (BENTO, 2012). “Transgênero não é uma identidade de gênero, mas a circunstância sociopolítica e cultural que estabelece como transgressão e desvio de conduta a não conformidade de um indivíduo com as normas de conduta de gênero” (LANZ, 2015, p. 427).

Numa família trans, quem gera a prole é o homem trans e não a mulher, tendo os papéis sociais de mãe e pai invertidos, na lógica predominante da heterossexualidade.

As novas configurações familiares colocam em xeque a definição de família como uma instituição “natural” e universal. A família homossexual, transexual não se coaduna com a heteronormatividade que estaria, “naturalmente”, a serviço da preservação da espécie humana. A construção da família segue as transformações socioculturais, o que modifica a sua conformação, organização e propósito.

3.8 Ciclo vital da família

Os estágios do ciclo de vida familiar são aqui brevemente caracterizados. Na classe média, geralmente encontramos: (a) saindo de casa – jovens solteiros; (b) a união de famílias no novo casamento – o novo casal; (c) famílias com filhos pequenos; (d) famílias com adolescentes; (e) lançando os filhos e seguindo em frente; (f) famílias no estágio tardio de vida (CARTER; MCGOLDRICK, 1995).

Nas classes de baixa renda, de uma forma geral, o jovem precisa trabalhar e cuidar de seus irmãos; as famílias são basicamente geridas por

mulheres; as meninas têm filhos cedo e, na mesma casa, convivem as três gerações, que cuidam e trabalham para seu autossustento. Eventos traumáticos ocorrem com frequência: pobreza, muito estresse relacionado à sobrevivência, rupturas de vínculos, uso abusivo de drogas, comunidades que convivem com a violência do tráfico de drogas e armas, entre outros.

Quadro 1 – Ciclo vital da família e os fatores de risco para violência

Ciclo vital da família	Fatores de risco para violência
Gestação, parto e puerpério	Temores durante a gestação mobilizam na mulher defesas importantes, como negações, somatizações e reações maníacas, caso não haja esclarecimento e apoio. É comum os futuros pais sentirem-se ambivalentes e angustiados pelas profundas transformações de suas vidas. Nessa fase delicada, formas de violência contra a mulher podem trazer sérios danos para a vida e a saúde da mãe e do bebê.
O bebê e os pais	O choro e o sorriso do bebê são condutas que auxiliam aos pais a se aproximarem para comunicar e assegurar os cuidados necessários à sua sobrevivência. A capacidade do cuidador de reconhecer ou não as necessidades do bebê pode assegurar ou ameaçar a sua saúde psíquica e a violência contra o bebê pode produzir sérios danos ou até a morte.
A criança pré-escolar	Grande desenvolvimento na motricidade, no funcionamento cognitivo, na linguagem, nas trocas afetivas no mundo da fantasia, na identidade de gênero. A criança necessita de organizadores internos e externos que a respeitem e orientem. Formas de violência são marcadas por silêncio, impotência e imobilidade.
A criança na idade escolar	Controle progressivo da conduta e manejo da frustração, maior interesse pelo mundo e pelos pares. Maior controle da impulsividade e crescente capacidade de socialização. Diferencia fantasia, sonho e realidade. Desenvolvimento do pensamento simbólico. Desigualdades de gênero e de gerações marcam assimetria de poder e formas de violência (de um tapa a torturas impensáveis) são tidas como “formas de educação”.
A puberdade e a adolescência	Mudanças corporais causadas por hormônios e típicas do crescimento físico, maturacional. O impacto dessas mudanças desencadeia alterações psicológicas e sociais que são influenciadas pelo contexto social, histórico, cultural e familiar. Amadurecimento das características sexuais e risco de uma gravidez precoce. Maior ligação com os pares e desilusão com a família. Grandes transformações nos jovens e necessidade de adaptação da família. Rigidez pode gerar violência, posse e invasão do corpo do jovem.
O adulto jovem	Encontra uma identidade própria e adquire capacidade de viver intimamente com uma pessoa, formando sua própria família. É o momento de consolidar o amor, o trabalho e a ética – separando-se dos pais –, ou de viver crises, sendo a faixa de maior risco para suicídio, homicídio e morte por acidente.
A meia-idade	Aceitação de um corpo que envelhece e consciência de que a vida é finita. Reavaliação dos relacionamentos, do trabalho, da carreira, da confiança em si mesmo, da autoestima, da capacidade de correr riscos e viver incertezas. Coerência entre pensar, sentir, agir e intolerância com discrepâncias existentes. Mudanças físicas e hormonais, doenças degenerativas, diminuição do interesse sexual. Pode-se preferir a estagnação, a acomodação, a fuga do conflito, tendendo à insatisfação, ao desespero ou à depressão.
A velhice	O envelhecimento é marcado por perdas. É preciso encontrar reparação para perdas inevitáveis: saúde física, diminuição das capacidades, perda do cônjuge, do trabalho, declínio do padrão de vida, diminuição das responsabilidades, sentimento de solidão. A rede social e familiar torna-se importante e também os abusos e a violência contra o idoso, seu patrimônio, sua renda podem ser severos e deixá-lo frágil e impotente.

Fonte: Elzirik; Kapczinski; Bassols (2001).

Para refletir

Sua experiência profissional é predominantemente com qual dos segmentos da família: crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos? Trace um paralelo entre sua experiência e os fatores de risco apresentados no Quadro 1.

3.9 Tipos de violência na família

A violência intrafamiliar toma a forma de negligência, abuso físico, psicológico, sexual, incesto, violência econômica ou financeira, conceituações introduzidas no texto do Capítulo 1. Sua existência facilita a ocorrência do efeito cascata: praticada pelos avós com os pais, a violência repercute na geração dos filhos, que a praticarão com os netos e assim sucessivamente, caso não seja diagnosticada e devidamente tratada em seu contexto sociocultural.

O exercício do poder na vida familiar pode ser entendido de várias formas. Uma delas diz respeito ao conceito de **gênero**, construção cultural dos atributos de masculinidade e feminilidade, com expectativas culturais demarcadas em relação a cada um dos gêneros.

O sistema de gênero ordena a vida nas sociedades contemporâneas a partir da linguagem, dos símbolos, das instituições e hierarquias da organização social, da representação política e do poder. Os papéis de homem e mulher distinguem-se com base na interação desses elementos. Há desigualdade na distribuição do poder e da riqueza entre homens e mulheres, apesar de a norma legal ser a de igualdade entre eles. Uma das explicações para a submissão da mulher trata da necessidade de os homens assegurarem a posse de seu patrimônio e de sua descendência, uma vez que a maternidade é certa e a paternidade incerta. Além dessas, ocorre um sistema rígido de divisão sexual do trabalho de forma que a mulher é tutelada pelo homem: marido, tio ou pai.

A divisão sexual do trabalho regulamenta a reprodução e a organização da família. Entretanto, o que inicialmente era uma construção socio-cultural acabou conferindo uma correlação entre sexo e personalidade: é tomado como natural que os homens tenham mais poderes do que as mulheres. Sob essa ótica, torna-se plausível pensar que o homem tem autoridade sobre a mulher, fato que pode justificar como natural a sua violência contra ela. Esse tipo de pensamento faz parte da vida cotidiana, aparecendo na aceitação da violência masculina e no fato de muitas mulheres não reconhecerem a violência que sofrem.

O filme *Festa em Família*, dirigido por Thomas Vinterberg, de 1998, é um bom exemplo de alguns tipos de abuso aqui tratados.

Quadro 2 – Fatores de risco e de proteção à violência intrafamiliar

Fatores de risco	Fatores de proteção
Distribuição desigual de autoridade e poder, conforme os papéis de gênero, sociais, sexuais atribuídos a seus membros.	Autoridade e poder marcados pelo diálogo entre adultos e filhos com participação em assuntos nos quais eles possam contribuir.
Relações familiares rigidamente centradas em papéis e funções definidos, sem espaço para alguma flexibilidade.	Relações familiares flexíveis, mantendo o exercício da educação com autoridade e afeto, sem autoritarismo.
Famílias amalgamadas, com diferenciação difusa de papéis e limites, e nível muito baixo de autonomia de seus membros.	Famílias cujo objetivo é criar os filhos para lutarem por seus ideais, incentivando a liberdade de reflexão e ação.
Famílias em permanente tensão, impulsivas e agressivas, com dificuldade de diálogo, mal equipadas para lidar com conflitos.	Famílias que gostam de prosear, se interessam pela vida dos familiares e praticam as habilidades para descontrair a pressão.
Famílias fechadas em si, sem abertura para o mundo externo, por isso mantendo padrões repetitivos de conduta.	Famílias que gostam da convivência familiar aliada à troca com o mundo externo para seu desenvolvimento e crescimento.
Famílias em situação de crise e de perdas, sem instrumental para lidar com ambas.	Famílias que aprenderam a acatar e a lidar com as crises, crescendo com elas.
Vivência de um modelo violento na família de origem de um dos cônjuges.	Vivências de situações de violência que não se instauraram na cotidianidade.
Maior incidência de violência na família devido a uso abusivo de drogas.	Não uso ou uso “social” ou “recreativo” de drogas, minimizando a violência familiar.
História de antecedentes criminais ou uso de armas na família.	Famílias sem história de uso de armas e sem antecedentes criminais.
Comprometimento psicológico-psiquiátrico, agudo ou crônico, de familiares.	Famílias com transtornos psiquiátricos que conseguiram tratar e lidar bem com eles.
Dependência econômica, emocional e baixa autoestima, influenciando no fracasso em lidar com situações de violência.	Famílias que estimulam a independência, criando mecanismos para lidar com a baixa autoestima (pela expressão de seu amor).

Fonte: Elaboração da autora baseada no Ministério da Saúde (BRASIL, 2002).

Nota: Na primeira coluna, a autora usou dados do MS e elaborou a segunda coluna para dialogar com a anterior.

3.10 Dois pontos de vista acerca da educação dos filhos

O jornal *O Globo* de 20 de fevereiro de 2006, na seção “Opinião”, publicou a visão de alguns leitores sobre a possibilidade de aprovação de uma lei que proíbe a agressão física de pais sobre filhos, seguindo uma tendência existente em vários países. Leia atentamente as duas reportagens a seguir e pense a respeito.

Violência e afeto*

Ana Maria Iencarelli **

O Projeto de Lei n. 2.654/03, que já foi aprovado pela comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, prevê a interdição do castigo físico, suscitando várias questões polêmicas. Por trás do tema está o prazer profundo pelo poder da posse do corpo de nossos filhos, crianças e adolescentes, em lugar da responsabilidade. Essa distorção patrocina a ação desgovernada de mentes patológicas na prática de espancamentos que tanto nos horrorizam.

Segundo a Associação Brasileira de Proteção à Infância e à Adolescência, as mães ocupam o primeiro lugar nas estatísticas: 52% dos casos de violência física são praticados por elas, contra 24% praticados pelos pais, 8% por padrastos e madrastas e 13% por outros parentes, restando 3% por não parentes. Se acrescentarmos as “palmadas moderadas educativas” a esses índices obtidos com base em denúncias, chegaremos a 70% ou 80% de mães batendo em seus filhos. É a distorção da maternidade: saiu do meu corpo, é meu.

A violência é um componente da mente humana que a civilização e a cultura vêm tentando reprimir. Na Roma antiga, o pai detinha o poder de jogar os filhos nas prisões, flagelá-los e mantê-los acorrentados. Em outra época, mulheres sífilíticas davam de mamar a bebês na crença de que se livrariam da doença. O infanticídio foi tolerado até o fim do século XVII.

Já não aceitamos essas condutas, nem mesmo a palmatória que era usada pela professora nas escolas. Mas, com toda a civilidade que conseguimos, a humanidade ainda não é competente diante de seu impulso destrutivo. Guerra, terrorismo, corrupção são perversões humanas que trazem o prazer de “fortes” sobre “fracos”, o prazer do exercício da opressão.

Ouvi um educador falar em defesa da palmada “educativa”. Para ele, a nova lei seria uma interferência na vida familiar, com “o Estado entrando em casa onde a supremacia tem que ser dos pais”. Concordando, estaremos legitimando o desrespeito ao corpo do outro visto como posse: o pai, a mãe que bate no(a) filho(a), que abusa sexualmente do(a) filho(a), o marido que bate na mulher, ou seja, o mais forte exercendo o poder segundo sua arbitragem. Aliás, vale lembrar que os pais param de aplicar castigos físicos quando seus filhos crescem, e a relação das dimensões corporais entre eles deixa de ser assimétrica.

É preciso ter a garantia da fragilidade do outro para banir o insuportável medo de sua própria impotência, que então cede lugar a uma ilusória, mas prazerosa, sensação de onipotência. É assim que fazem os pais com seus filhos, é o que fazem estes filhos como autores de *bullying* na escola, é o que continuam a fazer como *pitboys* nas festas e é desse modo que passam a fazer de novo com seus filhos, numa repetição doentia.

Saiba mais sobre o *bullying* na parte II deste livro, Capítulo 8.

O Dr. Aramis Lopes Neto, coordenador do Programa de Redução do Comportamento Agressivo entre Estudantes, da Associação Brasileira de Proteção à Infância e à Adolescência, aponta as condições adversas na família que favorecem a agressividade nas crianças. “Pode-se identificar a desestruturação familiar, o relacionamento afetivo pobre, a permissividade e a prática de maus-tratos físicos ou explosões emocionais como forma de afirmação de poder dos pais.”

Nas últimas semanas assistimos à sucessão de notícias de crianças vítimas de maus-tratos físicos: Lucas, dois anos, tinha queimaduras e hemorragia nasal; o bebê de Nova Iguaçu, ainda com o cordão umbilical, foi jogado na rua e atropelado; uma levou um chute e rolou uma escada; outra foi espancada pela mãe e o padrasto até a morte. Esqueceremos essas monstruosidades, como esquecemos de uma Paloma, de nove meses, que morreu de traumatismo craniano, há quatro anos. Castigo físico não é educativo.

Como especialista, afirmo que bater, gritar e humilhar causam dano permanente à mente em desenvolvimento. Sabemos todos que a violência é endêmica. Portanto, é preciso escutar melhor e se responsabilizar, porque a violência nasce quando morrem a palavra e o afeto.

* Fonte: Iencarelli (2006).

** Ana Maria Iencarelli é psicanalista e presidente da Associação Brasileira de Proteção à Infância e à Adolescência.

Palmas*

*Denis Lerrer Rosenfield***

Talvez estejamos diante de uma das maiores excrescências em termos de projeto de lei, o que procura proibir que pais punam seus filhos com palmadas. O projeto se encontra em fase avançada na Câmara dos Deputados, sem que esse “avanço” signifique uma lei avançada caso seja eventualmente aprovada. Aparentemente, o seu objetivo pode parecer nobre, como se, assim, houvesse um progresso no que diz respeito aos direitos humanos ou a uma relação mais “correta” entre pais e filhos. Como sucede frequentemente em tais casos, o discurso do politicamente correto embute, por meio de uma lei, o Estado dentro da família, tornando-a tributária de uma instância que “sabe” o que é melhor para os seus membros.

Uma questão das mais relevantes consiste em determinar onde termina a soberania do Estado, onde fronteiras são estabelecidas que delimitem que a sua noção de bem se introduza. O Estado, por exemplo, poderia ter a função de reger as relações de poder entre os cidadãos, uma função de legalidade ao assegurar a paz pública e a de evitar uma exacerbação das tensões sociais pelas gritantes desigualdades, sem que daí se siga uma

outra função, a que consiste em impor para cada um o que considera o “bem”. Sociedades totalitárias foram as que “sabiam” o que deveria ser a humanidade e procuraram impor, a ferro e fogo, esse tipo de sabedoria como sendo absoluta. Essa situação política limite pode nos mostrar a que ponto pode chegar a atuação do Estado, se um freio não for posto à sua ação, e ele começa em casos tão anódinos como o de uma “palmadinha”.

A relação pai/filhos é uma relação que, historicamente, se fez ao abrigo do Estado, a partir de regras que foram evoluindo conforme as mudanças de mentalidade e de concepção do mundo. Ideias configuram o nosso mundo e, na medida em que essas ideias mudam, o mesmo ocorre com as relações humanas às quais dão forma. Assim, pais podem perfeitamente escolher não punir os seus filhos com palmadas, enquanto outros pensam ser necessária a aplicação desse tipo de castigo. Em todo caso, cabe aos pais a escolha daquilo que pensam ser o melhor para os seus filhos. O que não podem, porém, é renunciar a esse poder de escolha, em benefício de uma instância estatal que por eles decida. Se abdicarem desse direito, darão mais um passo para uma condição servil.

Imaginem o Estado interferindo diretamente nas relações familiares. O que acontecerá? Filhos processarão os seus pais? Utilizarão uma tal medida como instrumento de chantagem? Será necessária a contratação de advogados para que as “partes” se defendam? E partes aqui vêm a significar “partes desmembradas” de um corpo que era uno e esse processo de desmembramento seria operado pelo Estado, que romperia a unidade familiar. Se o Estado já aparece como comensal na mesa da casa, por intermédio de uma tributação que alcança em torno de 40% da renda familiar, comendo literalmente o que poderia ser aproveitado de uma outra maneira pela família, ele se coloca, ainda, na posição de saber o que é o bem da família, disciplinando a sua relação. Trata-se, sem dúvida, de um comensal bastante invasivo, a ponto de destituir a autoridade parental.

Ora, se a autoridade parental é debilitada, senão anulada, cria-se uma situação de anomia, de ausência de regras, a partir da qual as situações de agressão, de ameaças e de desrespeito podem se desenvolver. Em vez de coibir uma situação desse tipo, o projeto de lei em questão pode, ao contrário do pretendido, propiciar situações desse tipo, fazendo com que filhos se ancorem no Estado e não na família. Pais, por sua vez, deveriam ter sempre em mente que, se punirem seus filhos com “palmadinhas”, o Estado, em sua onipotência, poderá irromper em seu lar. O dever ser moral se esvai em proveito de uma instância estatal, que passaria a controlar ainda mais a vida de cada cidadão, reduzindo drasticamente a liberdade de escolha e minando a base mesma da família.

Aliás, seria essa uma boa razão para um referendo. Que tal as seguintes perguntas: “Cabe ao Estado disciplinar as relações entre pais e filhos? Cabe ao Estado determinar se palmadas devem ou não ser aplicadas por pais aos seus filhos?”

* Fonte: Rosenfield (2006).

** Denis Lerrer Rosenfield é professor de filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Analisando as reportagens, observamos que os dois textos refletem posições polarizadas sobre o projeto de lei n. 2.654/03, já aprovado pela comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, que prevê a interdição do castigo físico.

Iencarelli (2006) levanta a questão de que os pais teriam a “posse do corpo dos filhos, em lugar da responsabilidade”. Essa distorção, segundo a autora, “patrocina a ação desgovernada de mentes patológicas na prática de espancamentos que tanto nos horrorizam”. Logo de início, portanto, sabemos o contexto que irá privilegiar sobre o assunto “palmadas”: o do abuso físico que os filhos sofrem dentro do lar, porque para a autora a “violência é um componente da mente humana que a civilização e a cultura vêm tentando reprimir”, aparentemente sem sucesso. Diz Iencarelli (2006): “com toda a civilidade que conseguimos, a humanidade ainda não é competente diante de seu impulso destrutivo: perversões humanas que trazem o prazer de ‘fortes’ sobre ‘fracos’, o prazer do exercício da opressão”. Congruente com o seu ponto de vista, Iencarelli se coloca a favor da lei anteriormente referida.

Do outro lado está Rosenfield (2006), para quem “talvez estejamos diante de uma das maiores excrescências em termos de projeto de lei, o que procura proibir que pais punam seus filhos com palmadas”. O autor, que se coloca contra a lei referida, alerta que um discurso politicamente correto, como o que não permite que os pais batam em seus filhos, “embute, por meio de uma lei, o Estado dentro da família, tornando-a tributária de uma instância que ‘sabe’ o que é melhor para os seus membros”. Um Estado “totalitário”, na visão de Rosenfield.

Segundo os dois artigos, estamos diante de uma **humanidade destrutiva** em seu âmago ou de um **Estado totalitário** que a tudo veria e controlaria?

Azevedo e Guerra (2001), coordenadoras do Laboratório de Estudos da Criança (Lacri), discutem o quão é arraigada na família brasileira a “mania de bater” em crianças. Segundo as autoras seria possível discernir, embora com nuances bastante sutis, as noções de “disciplina” e

“castigo”. A primeira indicaria o uso da agressão física por parte de pais ou responsáveis com intuito de “ensinar”, existindo aí uma concepção preventiva a novos erros; a segunda noção traria a ideia de punição por erros e falhas cometidos.

Acreditamos que a naturalização que as agressões físicas têm na sociedade contemporânea precisa ser questionada e debatida com um nível de complexidade maior do que vem sendo feito. É a negociação entre a cultura e a sociedade que delimita se existe algum padrão de agressão física que possa continuar a ser admitido como estratégia educativa positiva. Cabe a nós, profissionais que lidam com crianças e adolescentes, e aos cidadãos em geral, nos capacitarmos e nos pronunciarmos nessa reavaliação de modos de viver. Compreender melhor como a naturalização e a articulação entre violência física familiar, escolar e comunitária se potencializam pode nos ajudar a tomar uma atitude contrária à prática de agressões físicas em qualquer nível do relacionamento humano.

Outro filme ao qual você pode assistir para ajudar a refletir sobre o tema é *Kramer x Kramer*, de Robert Benton (1979).

Kramer x Kramer é um filme norte-americano de 1979, escrito, realizado e dirigido por Robert Benton, estrelado por Dustin Hoffman, Meryl Streep, Justin Henry. Conta a história de um divórcio, relatando seu impacto sobre a vida dos envolvidos, com foco nas nuances da briga judicial pela guarda do filho do ex-casal, ainda criança.

3.11 Referências

ASSIS, S. G.; DESLANDES, S. F. (org.). *O livro das famílias: conversando sobre a vida e sobre os filhos*. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde: Sociedade Brasileira de Pediatria, 2005.

ASSIS, S. G.; AVANCI, J. Q. *Labirinto de espelhos: formação da auto-estima na infância e na adolescência*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. (Criança, mulher e saúde).

ASSIS, S. G.; PESCE, R. P.; AVANCI, J. Q. *Resiliência: enfatizando a proteção dos adolescentes*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. *Mania de bater: a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil*. São Paulo: Iglu, 2001.

BASTOS, E. R. Um debate sobre a questão do negro no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 20-26, 1991.

BENTO, B. As famílias que habitam “a família”. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 275-283, 2012.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BERNAL, I. L. Atención familiar. In: SINTES, R. A. et al. *Temas de medicina general integra*. La Habana: Editorial Ciencias Medicas, 2001. v. 1, p. 209-234.

BILAC, E. D. Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil: notas muito preliminares. In: RIBEIRO, I.; RIBEIRO, A. C. T. (org.). *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995. p. 43-61.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2002. (Cadernos de atenção básica, 8).

BRUSCHINI, C. Teoria crítica da família. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. (org.). *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 49-79.

CANDIDO, A. The Brazilian family. In: SMITH, L. E.; MARCHANT, A. (org.). *Brazil: portrait of half a continent*. New Iorque: The Dryden Press, 1951.

CARTER, B.; MACGOLDRICK, M. *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

- CAVALCANTE, F. G. *Pessoas muito especiais: a construção social do portador de deficiência e a reinvenção da família*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003.
- CORRÊA, M. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Unicamp, 1994.
- DESLANDES, S. F.; ASSIS, S. G.; SILVA, H. O. (coord.). *Famílias: parceiras ou usuárias eventuais?: análise de serviços de atenção a famílias com dinâmica de violência doméstica contra crianças e adolescentes*. Brasília, DF: Claves: UNICEF, 2004.
- ELZIRIK, C. L.; KAPCZINSKI, F.; BASSOLS, A. M. S. (org.). *O ciclo da vida humana: uma perspectiva psicodinâmica*. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- FERRARI, D. C. A.; VECINA, T. C. C. *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. São Paulo: Agora, 2002.
- FIGUEIRA, S. A. et al. O “moderno” e o “arcaico” na nova família brasileira. In: FIGUEIRA, S. A. (org.). *Uma nova família?: o moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1987. p. 12-30.
- FREYRE, G. *Casa-grande & senzala*. 29. ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.
- GONÇALVES, H. S. *Infância e violência no Brasil*. Rio de Janeiro: NAU Ed., 2003.
- A GUERRA dos Roses. Direção Danny De Vito. São Paulo: Fox, 1989. 1 DVD (116 min), son., color.
- HEILBORN, M. L. *Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- HELLER, A. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.
- IENCARELLI, A. M. Violência ou afeto? *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 fev. 2006. [Seção] Opinião. Disponível em: http://www.aleitamento.com/a_artigos.asp?id=7&id_subcategoria=13. Acesso em: 12 nov. 2007.
- INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE. *O fim da omissão: a implantação de pólos de prevenção à violência doméstica*. São Paulo: Fundação Abrinq, 2002.
- KRAMER vs Kramer. Direção Robert Benton. [S. l.]: Sony Pictures, 1979. 1 DVD (105 min), son., color.
- KRUG, E. G. et al. (org.). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Geneva: Organização Mundial da Saúde, 2002.
- LANZ, L. *O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a conformidade e a transgressão das normas de gênero*. Curitiba: Transgente, 2015.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Las estructuras elementales del parentesco*. Barcelona: Paidós Ibérica, 1981.
- MINAYO, M. C. S. et al. *Fala galera: juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. É possível prevenir a violência?: reflexões a partir do campo da saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 7-23, 1999.
- MOURA, C. *As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- OLIVEIRA, M. B. *Famílias compostas por pessoas trans: o que muda nesta configuração familiar?* [Florianópolis: UFSC, 2016?].
- ROSENFELD, D. L. Palmadas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 fev. 2006. [Seção] Opinião. Disponível em: <http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=250497>. Acesso em: 18 nov. 2008.
- VELHO, G. Memória, identidade e projeto. In: VELHO, G. (org.). *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999. p. 97-105.